

MEIO RURAL, ECONOMIA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PLANALTO CATARINENSE: A CONTINUIDADE DA SAÍDA DAS ESCOLAS DO CAMPO

Geraldo Augusto Locks – UNIPLAC
Marcos Antônio de Oliveira – UFSC

Eixo 2: América Latina e a educação dos trabalhadores (tendências conjunturais, educação comparada, políticas públicas, perspectivas).

Resumo: O texto aborda a questão das políticas públicas de educação do campo no Planalto Serrano Catarinense. A partir de dados secundários e oriundos de sistematização de projeto de pesquisa financiado pela CAPES, no período de 2009 a 2012, denominado Educação do Campo em Santa Catarina: Políticas e Práticas, demonstra-se i) a realidade sócio-econômica da região, concentrando-se no comportamento de sua população; ii) a situação das escolas e da rede públicas de atendimento escolar e iii) as políticas e práticas educacionais implementadas na região. A conclusão aponta para a relação entre a sócio-economia e as políticas adotadas, expressas na continuidade da nucleação ou saída das escolas do campo correlatas à redução da população do espaço rural e sua concentração no denominado “perímetro urbano” dos municípios.

Palavras-chave: educação-do-campo; políticas-públicas; Planalto Catarinense;

1. Introdução

A partir do final dos anos 1990, especialmente após 1997, quando houve o primeiro ENERA – Encontro Nacional de Educação da Reforma Agrária, onde foi cunhado o termo “educação do campo” (KOLLING, 1999), há um crescente reavivamento do interesse pelo tipo e qualidade da educação que é ofertada à população do campo.

Ao que pese isto ocorrer tanto no que se refere à academia (OLIVEIRA, 2008), ao governo (OLIVEIRA, 2011 e 2012), quanto aos movimentos sociais (CALDART, 2009), o que levou ao aparecimento de um movimento específico, o Movimento Pela Educação do Campo (MUNARIM, 2005; CALDART, 2009), ainda pouco se debateu acerca da relação entre a educação do campo ou a educação que é ofertada à população do campo e a sócio-economia do meio rural. Assim, surpreende o fato da academia brasileira ainda não se impor a tarefa, salvo raríssimas exceções (OLIVEIRA, 2008), de estabelecer estas relações.

Uma aproximação às estas relações é o principal objetivo deste artigo. Com base nos resultados finais de projeto de pesquisa financiado pela Capes (Educação do Campo

em Santa Catarina: Políticas e Práticas), cujas atividades se estenderam de 2009 a 2012 e pesquisaram as políticas públicas de educação do campo nos 18 municípios da AMURES-Associação dos Municípios da Região Serrana de Santa Catarina, o presente artigo, na primeira parte analisa a formação histórica e o cenário das atuais ruralidades neste território. Na segunda parte a atenção se volta para as relações entre o meio rural, a economia atual, a população e as transformações atuais, buscando compreender o contexto mais amplo onde se desenvolve as políticas educacionais no meio rural da serra catarinense. Na terceira parte busca compreender a dinâmica econômica e populacional, bem como as transformações por que estas vêm passando. Neste contexto, a política pública da educação do campo demonstra a forte tendência da continuidade da saída da escola do campo na região. Na quarta e última parte, é a vez de trazer para cena as secretarias municipais de educação no que diz respeito às suas condições estruturais e pedagógicas. São apresentados os principais resultados encontrados durante a pesquisa no que se refere às políticas públicas em educação do campo atualmente em prática na Região do Planalto Catarinense. Descreve-se, assim, i) a saída das escolas do campo, iniciada no final da década de 1990 em sua relação com a dinâmica populacional; ii) as estruturas das secretarias para uma política de atendimento às necessidades educacionais da população e iii) as medidas adotadas atualmente pelas secretarias municipais, haja vista a continuidade da redução da população rural.

Conclui-se ao final que a continuidade da redução da população do campo continua fazendo com que as prefeituras retirem a escola do meio rural para o “perímetro urbano” dos municípios, haja vista a pouca participação da população na condução das políticas públicas, bem como a falta de estrutura das secretarias para a efetivação de um trabalho específico com as escolas no meio rural. Outrossim, tal situação parece de difícil alteração, tendo em vista principalmente os obstáculos colocados para uma reavivação, ao menos quantitativa, da população no campo em virtude da dinâmica das cadeias produtivas na atualidade.

2. Meio rural no Planalto Catarinense: formação histórica e ruralidades

De acordo com VIEIRA (2011, o território do Planalto Catarinense encontra-se) na região “planalto meridional”, unindo o espaço geográfico/natural o Brasil de São Paulo ao Rio Grande do Sul. Uma retrospectiva histórica focalizando a ocupação

populacional, a estruturação fundiária, as atividades econômicas e a formação étnica é necessária para se compreender a constituição do território e a configuração atual do campo no Planalto Catarinense.

Lages e região remonta ao século XVIII, no Brasil colônia, cuja economia estava centrada na extração de minérios em Minas Gerais. Para responder às demandas desta economia no que tange ao fornecimento de carnes e transporte, a região de Lages, sob o regime das sesmarias, tem sua estrutura fundiária organizada em grandes fazendas de criação de gado, apropriadas por poucos e grandes proprietários. Coexistiu com este modelo a agricultura familiar localizada nas barrancas de rios, vargens ou terras dobradas garantindo uma produção de subsistência. Este período longo (1776-1940) se constituiu no *lócus* onde se engendraram as relações econômicas, sociais, culturais e políticas da região. Não é difícil perceber que forjou-se aí um verdadeiro *ethos* cultural que todavia continua gerando valores, padrões de comportamento e concepção de mundo de sujeitos que vivem no espaço rural ou até mesmo urbano; que este ethos continua orientando modos de vida, perspectivas de mundo, enfim, valores presentes na vida social das populações na serra catarinense. Condicionando inclusive atividades econômicas atuais no meio rural, que mantém predominantemente uma territorialidade aqui denominada de ruralidade tradicional.

Neste contexto de ocupação e de estruturação fundiária ocorrem diferentes cruzamentos étnicos: a presença de população indígena, afro-descendentes e luso-brasileiros desde a origem do empreendimento colonial. Mais tarde, já no primeiro quartel do século XX, chegam segmentos descentes de europeus, alemães e italianos. Sírio-libaneses e japoneses são os últimos grupos étnicos a constituir a pluralidade étnica regional. Esta é útil para se compreender a multiplicidade de atividades econômicas presentes ou ausentes no meio rural. A pecuária foi uma atividade desenvolvida pelos paulistas descendentes de portugueses. O milho e o feijão provém da população luso-brasileira. A hortaliça, alho a fruticultura introduzidos pelos descendentes de alemães, italianos e japoneses. É curioso o fato dos Complexos Agro Industrial (CAI), materializados nos sistemas integrados de produção de suínos ou aves, tão disseminados pelo oeste e meio oeste catarinense, na região do Planalto Serrano Catarinense nunca vingaram. Sendo na cultura, antes de qualquer outro fator, que devemos buscar explicação para este fenômeno. Pela característica histórica da

atividade extrativa (bovinocultura, madeira), faz do campo e da cultura da população do campo, uma tendência resistir às tecnologias inovadoras e aos processos modernos de produção, exceto na melhoria do gado leiteiro, como se observa atualmente em alguns municípios.

Se no primeiro e mais longo período o campo se configurou pelas atividades da pecuária e cultivos de subsistência, o segundo período, denominado de ciclo da madeira (1940-1970) produziu no campo um novo cenário: a presença da serraria e, no seu entorno, as primeiras vilas de operários, de ex-peões, ex-agregados de fazenda e ex-trabalhadores da agricultura de subsistência. A exploração da madeira, logo encontrou seu declínio. O êxodo rural foi a saída encontrada pela população desempregada, formando consequentemente a periferia urbana de sedes de municípios da região, de Lages ou outras regiões do estado. Os anos de 1970 marcam o início do esvaziamento do campo na região serrana. Este fenômeno nunca foi interrompido, alterando sua intensidade em diferentes contextos socioeconômicos que se sucederam.

A partir da metade do século XX, no período do desenvolvimento urbano-industrial brasileiro, o território urbano e rural da serra catarinense vai apresentando novas configurações. O meio rural nunca foi homogêneo, pela sua estruturação fundiária, atividades econômicas desenvolvidas, bem como pela constituição étnica. Daí a complexidade, singularidade e especificidade do campo, bem como o cenário da ruralidade tradicional e da nova ruralidade. No primeiro se tem a predominância da grande fazenda, no segundo a presença de outras atividades além da pecuária, como é o caso do turismo. Pode-se observar que estes espaços caracterizam um território diverso, com distintas lógicas de políticas públicas, de educação do campo e desenvolvimento do campo.

3. Meio rural no Planalto Catarinense: economia atual, população e transformações atuais

Dos 18 municípios do Planalto Serrano, apenas dois (Lages, com 156,7 mil e São Joaquim, com 24,81 mil habitantes) possuíam, em 2010, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE, uma população inferior a 20 mil habitantes. Portanto, de acordo com ABRAMOVAY (2000) e VEIGA (2003), os outros 16 municípios e a Região pode ser considerada essencialmente rural. Como característica desta região, Lages constitui-

se polo regional, localidade onde se encontra quase 55% de toda sua população. Ou seja, a Região é constituída por 16 municípios com populações entre 2,33 mil habitantes (Painel), a 16,33 mil (Otacílio Costa) e 24,81 mil habitantes (São Joaquim), demonstrando ser uma Região de desigualdade populacional relativamente significativa.

Desde 2000, entretanto, a população total da Região vem recuando. De acordo com o IBGE, se em 2010 havia um total de 286,23 mil habitantes no Planalto Catarinense, este era de 287,27 mil em 2000. Confirmando a tendência de saída da população desta região do Estado para outras, especialmente litoral, a população total recuou em 11 dos 18 municípios, inclusive no seu polo, que é Lages. À exceção de Urubici e São Joaquim (cidades polo de turismo), merece destaque o aumento da população total apenas em Otacílio Costa, onde esta aumentou quase 25% na última década.

Merece destaque também o comportamento das populações das regiões ditas rurais e urbanas em cada município. Isto porque em todos eles, mesmo naqueles onde a população total recuou, houve aumento da população localizada no denominado “perímetro urbano”. Por outro lado, em apenas três municípios (Otacílio Costa, Palmeira e Urubici) houve aumento da população residente no denominado “perímetro rural”. Embora haja críticas à utilização destes critérios de classificação, inegavelmente os dados demonstram estar havendo na Região um movimento, para além daquele de saída para outras Regiões, também um de concentração em torno do perímetro urbano dos municípios. Assim, a população morando nos perímetros urbanos de toda Região aumentou 3,2% nos últimos 10 anos, atingindo 235,81 mil habitantes, enquanto a população morando no dito perímetro rural caiu 14,5% no mesmo período, vindo para apenas 50,42 mil habitantes.

Este fenômeno, para além de impactos sobre a política educacional e principalmente sobre a localização das escolas, como será visto adiante, decorre daquilo que vem ocorrendo com a economia da Região. Como demonstra a tabela abaixo, o PIB (Produto Interno Bruto) vem aumentando nos últimos anos, chegando a atingir os R\$ 4,25 bilhões em 2009, num aumento superior a 161% em dez anos. Entretanto, embora diversificado, vem perdendo espaço frente ao PIB estadual, pois em 2009 representava 3,25% do PIB deste, contra 3,75% do início da década de 2000.

Planalto Serrano: Evolução do PIB Total e participação no PIB estadual (2000 a 2009)

Ano	Valores (R\$ mil)	Part. No PIB Estadual (%)
2000	1.626.817	3,75
2001	1.871.595	3,83
2002	2.117.327	3,79
2003	2.548.822	3,81
2004	2.802.050	3,62
2005	2.990.727	3,51
2006	3.374.615	3,60
2007	3.542.524	3,38
2008	4.120.587	3,34
2009	4.250.112	3,27

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística,

Este comportamento talvez tenha explicação no tipo de atividade que leva à composição do PIB. De acordo com os dados catalogados pelo SEBRAE/SC, a partir de informações da Secretaria Estadual da Fazenda de Santa Catarina, em 2006 pouco mais de 11% do PIB da Região vinha da agricultura, contra quase 31% da indústria e quase 48% do comércio e serviços, demonstrando que a economia dos municípios da Região está relacionada ao setor de comércio e serviços e mesmo à indústria. Disto resulta haver fatalmente na Região uma dinâmica fazendo com que agricultura tenha um papel influenciado por estes setores. Com isto, verifica-se um meio rural em que boa parte da população não viva mais unicamente do trabalho com a agricultura, resultando naquilo que GRAZIANO SILVA (1996) denomina de “novo rural”. As entrevistas da pesquisa realizada em campo confirmaram amplamente a existência de populações no meio rural dos municípios em que os indivíduos vivem de outras atividades econômicas que não aquelas ligadas diretamente à atividade agropecuária.

Entretanto, há que descrever o que significam os setores industria, de comércio e serviços nos municípios da Região para se entender melhor o significado das atividades agrícolas para suas populações, bem como a importância desta para sua dinâmica. Primeiro há que ressaltar o peso de Lages que, com seu forte setor industrial e de comércio e serviços, sozinho faz o PIB destes setores subir em toda Região, o que não ocorre no restante dos outros municípios.

O setor de comércio e serviços possui um peso superior a 50% na composição do piso municipal somente nos casos de Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Cerro Negro, Lages, São Joaquim e Urubici. Isto ocorre porque há a presença de hidrelétricas (nos três primeiros) e, para além de Lages, a atividade turística em São Joaquim e Urubici durante o inverno, principalmente. No setor industrial somente há uma participação mais expressiva da indústria na composição do PIB municipal nos casos de Correia Pinto e Otacílio Costa, em virtude da indústria da madeira e das papeleiras, incluindo a Klabin, que possui a maior de suas plantas em Correia Pinto. Ou seja, a economia da região possui um setor de comércio e serviços importante, mas concentra-se geográfica e economicamente, pois depende muito das atividades das hidrelétricas e da indústria da madeira e em alguns municípios apenas. Da mesma forma, o setor industrial concentra-se em torno desta última indústria, que está concentrada em dois municípios apenas. Com isto verifica-se que a agricultura, embora participando até modestamente com o PIB em muitos municípios, devido principalmente ao baixo valor agregado de seus produtos, é importante para a dinâmica e as populações no meio rural, haja vista principalmente que os setores industriais e de serviços, descritos acima, empregam pouca mão-de-obra.

Planalto Serrano: Composição do PIB por atividade econômica (2006) - em %

Município	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Impostos
Anita Garibaldi	22,66	13,73	58,60	5,01
Bocaina do Sul	55,73	6,12	35,85	2,30
Bom Jardim da Serra	48,59	9,06	37,66	4,68
Bom Retiro	41,83	11,45	41,47	5,25
Campo Belo do Sul	28,33	14,71	50,91	6,04
Capão Alto	40,87	18,91	36,44	3,79
Cerro Negro	33,84	11,60	51,81	2,75
Correia Pinto	8,64	51,39	33,16	6,81
Lages	1,61	32,99	52,01	13,40
Otacílio Costa	9,22	50,45	33,14	7,19
Painel	52,22	7,16	38,74	1,88
Palmeira	23,93	39,10	31,29	5,69
Ponte Alta	48,76	9,86	38,10	3,28
Rio Rufino	40,58	7,87	49,15	2,40
São Joaquim	26,33	10,88	56,34	6,45
São José do Cerrito	38,58	10,07	47,15	4,20
Urubici	30,80	10,80	53,79	4,61
Urupema	45,62	7,49	44,22	2,67
Total	11,11	30,70	47,94	10,25

Fonte: Sebrae/SC

Portanto, para além da redução das oportunidades de mão-de-obra, fenômeno comum na indústria e também presente na indústria madeireira (confirmado inclusive por depoimentos feitos nos municípios, a explicação para a perda da população na região deve ser buscada, também, naquilo que vem ocorrendo na agricultura. Em relação ao rebanho, nos últimos 20 anos há uma relativa estagnação no número de bovinos e queda na produção de suínos e aves. Isto decorre principalmente das estratégias das indústrias que passaram a produzir estes animais de forma confinada e ou integrada em outras regiões, forçando a queda nestes rebanhos e no número de agricultores que produzem estes bens.

Por outro lado, há um aumento do número de vacas ordenhadas e na produção de leite, principalmente após a reconversão produtiva do final dos anos 1990. Em toda região, como o quadro abaixo demonstra, em 2010 havia 69,1 mil vacas sendo ordenhadas, contra apenas 37,2 mil em 2000. A produção de leite também aumentou significativamente no período, passando de 39,5 milhões para 89,4 milhões de litros entre 2000 e 2010. Entretanto, a produtividade das vacas também aumentou, passando

de 711 litros de leite/vaca/ano em 1990 para pouco mais de mil litros/vaca/ano em 2000 e chegando em 2010 a 1,29 mil litros/vaca/ano. Isto aponta a concentração da atividade que fatalmente está ocorrendo em termos de produção/produtor, forçada pelos investimentos que somente podem ser suportados por agricultores mais capitalizados.

Da mesma forma, em termos da atividade agrícola, há uma tendência à concentração. Como verificado no restante da Região Sul, no Planalto Catarinense há um processo de recuo nas áreas plantadas e na produção de arroz e feijão, a despeito do aumento da produtividade. Por outro lado, há o aumento da área plantada com soja e recuo na de milho, mas em todas elas há incremento da produção, puxados principalmente pelo aumento da produtividade. Acompanhando isto há aumento da área plantada e produção do trigo. Isto demonstra que há na região uma intensificação da produção tecnificada de grãos, como ocorre em todo o Brasil, ao lado da estagnação do cultivo de produtos tradicionais, que no caso da região é representada pela maçã. Como isto requer menos mão-de-obra, verifica-se o aumento das dificuldades de reprodução para um número significativo de estabelecimentos, com repercuções diretas sobre as condições de vida dos agricultores e da população do campo.

O que também caracteriza a economia do meio rural na região é a produção e extração silvicultural. Verifica-se que no Planalto Catarinense está ocorrendo um processo de ampliação da produção neste setor para a obtenção de madeira, principalmente para a produção de celulose, haja vista a existência das empresas de celulose ou mesmo para abastecer indústrias localizadas em municípios próximos, como é o caso de Curitibanos. Como demonstra o quadro abaixo, o fato de ao lado disto ocorrer queda na obtenção de produtos da extração (lenha, carvão, entre outros), percebe-se que a região encontra-se numa nova fase da produção que aquela baseada na retirada da lenha, madeira e posterior venda no mercado. Atualmente, a produção silvicultural denota uma nova relação entre o dono da terra, a produção em si e a indústria, uma vez que esta produção, sendo destinada à produção de papel e celulose, necessita de maior coordenação na cadeia. Assim, e como verificado durante as entrevistas de campo, a produção se dá em estabelecimentos de grandes extensões, com os donos das terras sendo ou grandes proprietários fundiários (tradicionais ou não) e ou a própria indústria. Como está havendo um processo de intensificação das áreas ocupadas com esta finalidade, e como o resultado deste empreendimento se dá a partir

de investimentos significativos de capital e em longo prazo (mínimo de uma década), se verifica novamente aqui as dificuldades de reprodução dos estabelecimentos menores, pois são somente aqueles com maior capacidade financeira que podem ser partícipes do aumento da produção neste setor.

Na Região, portanto, verifica-se a existência de uma dinâmica econômica que concentra as atividades industriais e de comércio e serviços em torno das hidrelétricas e da indústria da madeira/celulose/papel. Embora os setores da indústria e do comércio e serviços sejam importantes para a Região, também são concentrados geograficamente. Com isto, verifica-se a continuidade da importância das atividades agropecuárias para a população rural, atividades cuja dinâmica afetam diretamente as condições de vida das populações do campo. Como visto, a concentração que ocorre também neste setor tem levado à queda da população do campo, especialmente a mais jovem. As populações que continuam no campo se ocupam cada vez mais de outras atividades que não aquelas ligadas diretamente à produção agropecuária, bem como esta é a condição das populações que retornam ou decidem viver no campo.

Ainda quanto aos impactos sobre a população é importante lembrar, como demonstra VIEIRA (2011), que a região do Planalto Catarinense caracterizou-se, desde sua formação, por uma ocupação territorial que privilegiou a pecuária extensiva, poupadora de mão-de-obra e pouco criadora de conexões com outras atividades que permitissem aumento do valor agregado do produto dela oriundo. Com isto, houve sempre na região uma distinção entre uma população que possuía a terra e com renda maior e uma outra que não a possuía ou a possuía em pequena quantidade. No momento atual, pelo que se vê, a produção de produtos florestais, geralmente nas mãos de grandes proprietários fundiários, ou a produção de grãos com a utilização de modernos equipamentos, altamente poupadores de mão-de-obra, parecem não mudar, pelo menos substancialmente, esta situação. Acresce a isto o fato da produção de grãos e de carnes também ocorrer em outras regiões do país (Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, principalmente) o que tem o efeito econômico de reduzir o valor e, assim, o preço dos produtos obtidos no Planalto Catarinense. Com isto, para além da redução do número de ocupações disponíveis, a estrutura produtiva gera um valor ainda menor para ser dividido pela população do campo. Assim, as dificuldades de reprodução da vida no

campo aumentam, empurrando a população ou para outra região que não a rural, ou para outra atividade que não aquelas ligadas diretamente à produção agropecuária.

4. Políticas públicas de educação no Planalto: continuidade da saída da escola do campo

Como se viu, o quadro sócio-econômico dos municípios da região demonstra a perda de população. No campo isto ocorre, principalmente, por conta do incremento da produção de bens que se dá de forma cada vez mais intensa com a utilização de tecnologias altamente poupadoras de mão-de-obra, representada pela mecanização. Com isto a população do meio rural, principalmente jovem, migra para a cidade.

Esta tendência, corroborando as reflexões de TURNES (2006), passa a influenciar as políticas de educação no meio rural, uma vez que as administrações municipais, na busca de garantir o direito à educação a todas as crianças, mas contando com pouca estrutura técnica e humana, para além do desconhecimento dos princípios e das políticas de educação do campo de outros entes federados, continuam retirando as escolas do campo ou, no máximo, adotando a estratégia de fechar escolas antes existentes em todas as comunidades do campo e nucleá-las em locais específicos no meio rural.

4.1. Histórico e situação atual das redes de ensino

Do ponto de vista histórico, a ocupação territorial do Planalto Catarinense se, deu-se, como visto anteriormente, a partir de assentamentos humanos oriundos de locais de parada de tropas no século XVIII; a partir do século XIX com a imigração e elementos étnicos europeus e, a partir do início do século XX com a exploração madeireira que combinava-se com a pecuária implantada em tempos pretéritos.

Neste ínterim, pode-se dizer que a educação na região começa com o século XX através de professores contratados por fazendeiros para ensinar em suas residências seus filhos e alguns agregados. A denominação de algumas escolas do meio rural indica esta prática na região. A educação pública inicia e amplia-se somente no final dos anos 1930 em diante, quando a expansão da exploração madeireira no meio rural serrano. Com o implemento desta atividades os poderes públicos locais estruturaram as escolas isoladas no meio rural a partir dos anos de 1960. Nota-se que foi nesta década que a população

rural brasileira atingiu o seu ápice em termos quantitativos (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1999).

Embora estas continuam a existir, a partir dos anos 1970, a crise da madeira traz um novo momento para a educação escolar na região. Por esta época, segundo a compreensão de Guimarães (1968) ocorre o fenômeno da modernização conservadora, ou para Graziano da Silva (1996) “nova dinâmica da agricultura brasileira”, começa a trazer o início da redução quantitativa e relativa da população rural frente àquela do meio urbano. Neste período, começam a surgir os denominados “grupos escolares” nas cidades. Na realidade, estruturas montadas pelo poder público para oferecer educação aos filhos do município, em séries avançadas quando comparadas àquela até então oferecidas (primeira à quarta série) e aos moradores do “perímetro urbano” dos mesmos, haja vista que a população deste cada vez mais passa a residir neste espaço.

Durante toda a década de 1970 e de 1980 há um intenso processo de saída da população do campo, inclusive no Estado de Santa Catarina (TURNES, 2006) e no Planalto Catarinense, que culminam com a formação das médias e grandes metrópoles estaduais. A década de 1990, ao que pese o Censo Agropecuário 1995/96 ter apresentado um leve aumento do número de estabelecimentos agropecuários, foi uma década marcada pela abertura comercial, industrial e financeira da agricultura, quando o governo federal adotou medidas no intuito de solucionar os entraves à produção na agricultura e na economia apresentadas até a década anterior, também conhecida com década perdida. O resultado foi uma desregulamentação financeira e fiscal que permitiram a grandes grupos mundiais se adonarem ainda mais das estruturas das cadeias produtivas locais e, assim, a década foi marcada pelo aumento das dificuldades de condições de reprodução da agricultura de pequena escala e, com isto, houve continuidade da perda da população por parte do campo.

No que se refere às políticas para a educação no meio rural, este período marca, principalmente na sua parte final, a tomada de medidas por parte do legislador no sentido da busca da garantia do acesso à educação a toda população, principalmente à educação básica, representada pelos slogans “todas criança na escola”, ou “todos pela educação”. Em 1996 é aprovado o Fundef-Fundo de Desenvolvimento e Manutenção

Ensino Fundamental, além da criação de programa específico para o financiamento do transporte escolar.

A consequência imediata destas medidas foi, face ao processo de esvaziamento do campo, o início da tomada de medidas por parte do legislador municipal no sentido do enxugamento das escolas situadas nas comunidades rurais. Com a justificativa da melhoria da qualidade da educação e da existência de transporte para as crianças do campo para a cidade, fecham-se as escolas em várias comunidades, agora nucleadas no meio rural ou em sedes municipais. Na realidade, do início do processo, entre 1995 e o final de 2011, 5.457 escolas deixaram de existir no meio rural em Santa Catarina e 428 no Planalto Catarinense. Atualmente, de acordo com os dados do DATAESCOLABRASIL, em todos os 18 municípios da Serra há poucas escolas privadas, num total de 18. Concentram-se em Lages 13 destas escolas. A maior parte, portanto, da rede ensino é constituída de estabelecimentos públicos. No total, são 451 estabelecimentos, dos quais 436 em atividade, 13 escolas paralizadas e 2 já extintas ainda constantes no banco de dados do DATAESCOLABRASIL.

Das escolas em atividade e públicas, aquelas cujo foco esta pesquisa se concentrou, a maioria, ou 370, são de responsabilidade dos municípios e somente 66 são de responsabilidade do Estado de Santa Catarina. Entre estas duas redes há uma divisão muito clara no que diz respeito ao objeto desta pesquisa, que refere-se à sua localização dividida entre urbano e rural. De acordo com os dados, podendo ser observados no quadro abaixo, os estabelecimentos da rede estadual localizam-se, majoritariamente, no meio urbano, ou no núcleo urbano dos mesmos. Segundo os dados, das 66 escolas da rede estadual existentes na região, apenas 6 se localizavam no meio rural e, portanto, 60 localizam-se no meio urbano.

Por outro lado, das 370 escolas das 18 redes municipais que compõem a região, 196 localizam-se no meio rural, contra 174 no meio urbano. Deve-se lembrar, contudo, que este certo equilíbrio entre escolas localizadas no meio rural e ou urbano é função principalmente do município de Lages, no qual a rede municipal de educação mantém 104 escolas no meio urbano. Não fosse este município, o número de escolas municipais no meio rural seria ainda bem mais expressivo.

Exceto Lages, em apenas 10 municípios ainda há um número maior de escolas da rede municipal no meio rural em relação àquelas localizadas no meio urbano. Somando-se, entretanto, as escolas das redes municipais com as estaduais, em somente 8 municípios há mais escolas no meio rural do que no meio urbano. Como se verá adiante, este é um indício de que há um movimento acelerado de aumento do número de escolas no meio urbano em relação àquelas localizadas no meio rural.

Neste ponto, sabendo que há um debate no que diz respeito ao conceito de urbano e rural e, considerando que a divisão acima, a partir de dados do IBGE, reflete seus conceitos tão criticados para estes dois elementos, deve-se ter claro que esta análise não é absoluta. Entretanto, não pode deixar de ser feita por ser constituir-se no dado disponível, bem como não deixar de espelhar uma realidade, mesmo que relativa. Ou seja, os dados, demonstrando haver mais escolas no meio urbano que rural, na realidade desnudam o fato das redes escolares estarem se concentrando nos locais onde estão se concentrando as populações dos municípios, independentemente do nome que se dê para isto. Ou seja, as escolas se concentram no espaço onde as câmaras de vereadores definem como urbano ou “núcleo urbano” dos municípios.

Distribuição das escolas por municípios e dependência administrativa - 2011

Município	EM ATIVIDADE								Paralizadas	Extintas	Total			
	Estadual		Municipal		Total		Total							
	Urba na	Rural	Urba na	Rural	Urba na	Rural	Mun.	Est.						
Lages	23	0	104	36	127	36	140	23	0	0	163			
C. Pinto	3	0	13	14	16	14	27	3	10	0	40			
Urubici	3	0	4	13	7	13	17	3	0	0	22			
Urupema	2	0	1	2	3	2	3	2	0	0	5			
B. J. da Serra	3	0	2	1	5	1	3	3	3	0	9			
S. Joaquim	4	0	10	18	14	18	28	4	0	0	32			
Rio Rufino	1	0	1	13	2	13	14	1	0	0	15			
Painel	1	0	1	1	2	1	2	1	0	0	3			
Bom Retiro	2	0	6	11	8	11	17	2	0	0	19			
C. B. do Sul	1	0	3	20	4	20	23	1	0	0	24			
Boc. do Sul	2	0	4	2	6	2	6	2	0	0	8			
A. Garibaldi	2	1	2	5	4	6	7	3	0	0	10			
Cerro Negro	1	1	1	9	2	10	10	2	0	0	12			
Capão Alto	1	0	3	2	4	2	5	1	0	0	6			
Otacílio Costa	5	0	9	1	14	1	10	5	0	0	15			
Palmeira	1	0	3	3	4	3	6	1	0	0	7			
Ponte Alta	3	0	4	0	7	0	4	3	0	0	7			
S. J. do Cerrito	2	4	3	45	5	49	48	6	0	0	54			
Total	60	6	174	196	234	202	370	66	13	0	451			

Fonte: DataEscolaBrasil.

4.2. Condições atuais das secretarias de educação: estruturais e pedagógicas

As condições de infraestrutura e pedagógica de uma secretaria de educação são fundamentais para interferir na política de educação e na dinâmica socioeconômica da população do meio rural. Neste sentido, a pesquisa demonstrou haver dificuldades acentuadas por parte dos municípios. As ações realizadas pelas secretarias municipais em relação à educação do campo são muito tímidas. Das 18 secretárias entrevistadas na pesquisa, 6 disseram não saberem ou não executam ação alguma de educação do campo. Quando verifica-se que o gestor público tem que zelar pelo trabalho e também pela imagem do setor que representa, neste caso da secretaria municipal de educação, o fato de entre 17 secretárias, 6 admitirem que não sabem ou não há ação alguma é, no mínimo, sintomático situação das ações das secretarias de educação nos municípios na Serra Catarinense.

Das que falaram que tem alguma ação há, na realidade, uma multiplicidade destas:

- a) 4 falaram em atividades relacionadas à preservação do meio-ambiente;
- b) 2 atividades de trabalho com horta escolar;
- c) 1 em cursos voltados para atividades do homem e da mulher rural;
- d) 1 diz fazer a compra da merenda escolar da agricultura familiar;
- e) 1 diz promover atividade de aquecimento de água;
- f) 1 diz promover atividades de economia local;
- g) 1 diz realizar “galpão das ciências”;
- h) 2 disseram incentivar atividades de troca de saberes com os pais para trabalhar a realidade do campo;
- i) 1 diz fazer formação continuada dos professores abordando a educampo;
- j) 1 diz que a opera o Programa Escola Ativa, e;
- k) 2 disseram estarem promovendo a reabertura de salas de aula e manutenção da escola no campo;

As informantes demonstram que as secretarias não desenvolvem uma política específica e afetiva de educação do campo. Têm ações que acreditam poder ser articuladas com o que se denomina de educação do campo. Isto ocorre em dois grandes grupos: a) a tentativa de operacionalização de ações de valorização da cultura local, a cultura dos agricultores e do campo (3), b) projetos de preservação ambiental, hortas escolares, economia local e atividades do homem do campo, que se relacionam à economia e trabalhados junto com a Epagri (10). Residualmente ficam a formação dos professores (1) e a operacionalização do Escola Ativa (1). Em síntese, a relação de ações isoladas permite deduzir que não existe uma política pública de educação do campo nos municípios do Planalto Catarinense. As ações das secretarias de educação são tímidas em relação à educação do campo pelas condições limitadas de trabalho materializadas na falta de estrutura física e pedagógicas. Em praticamente todas as secretarias entrevistadas, não há um quadro de técnicos de assessoramento pedagógico ou político que auxilia a conceber e operacionalizar políticas.

4.3. Continuidade da saída: nucleação e escola itinerante

Com as dificuldades apresentadas acima, as secretarias da educação dos municípios trabalham com dificuldades de estrutura, tanto física quanto pedagógica.

Esta situação, entretanto, se deve a alguns fatores. As secretárias reclamam acerca da redução da população no campo o que reflete no quadro de redução do número de escolas no meio rural; dificuldades não só financeiras, mas também políticas, principalmente de convencimento para a implementação de uma política de educação do campo. Verificou-se também um quadro de infra-estrutura insuficiente por parte das secretarias de educação nos municípios ou seja, a falta de pessoal capacitado e em número insuficiente, além de recursos também aquém do desejado pelos gestores municipais.

Ainda devem ser mencionadas a relativa “juventude” das secretárias, o pouco conhecimento que demonstram ter, pelo menos por suas respostas, da realidade do município, aliada à falta de articulação que demonstraram ter com os outros movimentos da sociedade civil organizada acerca da educação do campo.

Com isto, verificou-se e se entende melhor os porquês de uma situação em que em praticamente todos os municípios falta uma de política específica de educação do campo. Isto não significa que não há preocupações por parte das secretárias. Pelo contrário, há sentimento da necessidade de algumas ações e políticas, mas as ações ainda são incipientes e mais atreladas a interesses outros que não só a educação, como é o caso das ações educativas relativas ao meio-ambiente ou às atividades produtivas no campo. Por conta disto, as ações de educação do campo listadas pelas secretárias são voltadas, principalmente, à: i) integração das ações da escola com questões ambientais ou produtivas, com a Epagri e, em menor número, ii) à integração com ações que valorizem a cultura dos sujeitos do campo.

A pesquisa também demonstra uma situação em que há a necessidade de maiores investimentos do poder público local para efetivação da educação do campo. Isto se dá em duas áreas: a) adequação das secretárias de recurso financeiros, estrutura física e técnica; b) formação específica de professores no marco normativo da política pública da educação do campo.

5. Conclusões

A análise realizada acerca da formação histórica, constituição de diferentes ruralidades, do contexto socioeconomia e cultural relacionada com política educacional empreendida pela política educacional no meio rural do Planalto Catarinense, permite

enfatizar alguns aspectos relevantes. A primeira consideração é de que estudos sobre a política pública da educação do campo não podem prescindir também análise do contexto sócio-econômico no qual se encontra a população e os gestores envolvidos com a educação no meio rural. Na área em estudo são múltiplos os fatores que explicam a continuidade da saída das escolas do campo em direção às sedes urbanas dos municípios. Os mais evidentes se encontram nas condições atuais precárias das secretarias de ensino no que diz respeito às estruturas de apoio técnico e uma concepção reduzida das implicações reais da atual política pública da educação do campo brasileira. Neste sentido as ações são pontuais, inexistindo uma efetiva política de educação do campo nos municípios da serra catarinense. A tomada de decisão dos gestores tende a pautar-se tão somente por critérios técnicos e econômicos. Isto é, o primeiro aspecto que emerge quando se implementa a política da permanência ou saída da escola do campo é o número de habitantes, por consequência, o número de alunos na escola. Ocorre que a permanência ou a evasão da população está diretamente relacionada à socioeconomia, ou seja, a ação de agentes internos ou externos que interferem no meio rural relacionado com as políticas agrícolas ou não agrícolas e agrárias, que afirmam ou negam o desenvolvimento do campo.

Observa-se na região municípios onde se realizam políticas que estimulam atividades para além das tradicionais agropecuárias que a população tende ao equilíbrio demográfico, valendo tanto para o meio urbano tanto quanto para o meio rural. Mesmo nestas condições, e isto não pode ser desconsiderado, a política educacional direcionada à permanência ou saída da escola, mantém a tendência do fechamento ou saída de escolas no meio rural, poucas nucleações intracampo, intensificação do transporte escolar e da nucleação de escolas no meio urbano.

Este estudo demonstra, todavia, ao focar outras variantes estruturais, como as dinâmicas socioeconômica e populacional, que o movimento nacional da educação do campo, por sua vez, a concretude da política pública normatizada pelo estado brasileiro nesta primeira década de 2000, não está e não estará garantido somente pela compreensão, coerência e vontade política dos seus gestores, mas também condicionada a fatores estruturais, nem sempre considerado como é o caso da socioeconomia.

Dito de outra maneira, o futuro das escolas do campo não se constitui um problema exclusivo do sistema educacional, mas deve ser analisado em um cenário mais amplo que diz respeito à dinâmica do desenvolvimento do campo e à configuração global da sociedade brasileira. Permanece à guisa desta conclusão uma pergunta que incomoda: Afinal, que campo a sociedade brasileira se propõe a manter ou a construir?

6. Referências

- CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. in: **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro. v. 7. n. 1, p. 35-64, mar/jun. 2009.
- CAMARANO, A. A., ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. in: **Textos para Discussão**, n. 621, Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Agrícola Municipal**. Disponível em www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/demoemp/default.asp.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Disponível em www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/demoemp/default.asp.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. Disponível em www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/demoemp/default.asp.
- KOLLING, J. E. et al. **Por uma educação básica do campo**. Brasília: MST/Unb/CNBB/UNICEF/UNESCO, 1999.
- OLIVEIRA, M. A. **As bases filosóficas e epistemológicas de alguns projetos de educação do campo: do pretendido marxismo à aproximação ao ideário pós-moderno**. Tese (Doutorado). PPGE- Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.
- _____. **Nas pistas da política educacional: questão agrária, reforma agrária integral e a educação do campo no Brasil na atualidade**. in: II Seminário de Pesquisa em Educação do Campo, UFSC. Florianópolis, 16 a 18 de novembro de 2011.
- _____. **O MDA-Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Educação “do” Campo: elementos para entender a questão agrária e a política educacional**

do Estado brasileiro para o meio rural na autalidade. in: 35^a Reunião Anual da Anped. Porto de Galinhas. 21 a 24 de outubro de 2012.

TURNES, V. A. Reflexões sobre fluxos migratórios internos de populações no Estado de Santa Catarina, in: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 2009;

VIEIRA, M. G. E. de D. Notas sobre a gênese das formações sócio-espaciais do planalto catarinense, in: MAMIGONIAM, A. (Org). **Santa Catarina: estudos de geografia econômica e social**, Série Livros Geográficos IV, GCN/CFH/UFSC. Florianópolis, 2011.